

Quatro autoras questionando o paradigma fálico na cultura e na psicanálise poderiam ser acusadas de estar fazendo uma apologia do feminino, como um sintoma de sua própria rivalidade histórica com o masculino-fálico. Isso, porém, só se daria em uma leitura superficial ou preconceituosa, pois os textos que as reúnem no livro *Feminilidades* primam pela precisão, pela profundidade de suas pesquisas e pela grande densidade teórica em relação ao tema.

Sob a organização de Joel Birman, os escritos compõem um traçado histórico da construção de uma cultura da feminilidade. Apresentam suas repercussões no nível de seus diversos destinos psíquicos e sociais, no contexto da modernidade e do discurso psicanalítico. Trabalham a articulação entre feminino e singularidade, desenvolvendo e aprofundando o conceito de sublimação, com sua fundamentação no “novo registro psíquico” – a *feminilidade* – formulado por Freud em seus últimos escritos.

Cada autora assume parte da tarefa de pesquisar este conceito, em suas dimensões histórica, social, cultural e psicanalítica. Complementando-se, os textos mostram as correlações da *feminilidade* nestes diferentes campos. Apresentam, assim, um amplo panorama do conceito e questionam, a partir daí, a validade do paradigma fálico como base para o pensar psicanalítico.

Silvia Alexim Nunes começa mapeando as influências culturais da ordem familiar burguesa na enunciação freudiana da única via possível de constituição do feminino para a mulher:

A criação do feminino

Resenha de Joel Birman (org.), *Feminilidades*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002, 115 p.

a maternidade. Analisa, para tanto, a evolução cultural do conceito de feminino desde Galeno, no século II. Conta que, naquela época, a mulher era vista como um ser similar ao homem, tendo, porém, os órgãos sexuais invertidos: seriam os mesmos órgãos, mas, internos. Era uma versão masculina imperfeita. Até o século XVII, as mulheres não eram convocadas para assumir a função materna, tal como a vemos hoje. A concepção de mulher era bastante negativa, herdada do cristianismo primitivo. Era tida como mais carnal, dotada de sentimentos maléficos e de um desregramento sexual ameaçador.

Durante o século XVIII, a partir da preocupação com a mortalidade infantil e com a formação física e moral das crianças, a medicina descobriu a importância da relação entre mãe e filho. A mulher passou, então, a ser pressionada a se restringir à função materna. Deixou de ser vista como imperfeita. Passou a ser perfeita, em sua especificidade. O útero tornou-se um órgão nobre. Os médicos começaram a atentar para diferenças ignoradas por eles, até então. Da estrutura básica do corpo humano – a masculina – diferenciaram uma anatomia feminina, com um crânio menor, sinal de menor capacidade intelectual e uma pélvis maior, sinal de maior aptidão à reprodução. Justificou-se, assim, a proposta de diferentes inserções sociais: a esfera pú-

blica para os homens; a doméstica para as mulheres. A promulgação de uma diferença sexual e cultural entre os sexos, pela intelectualidade dominante, resolveu o dilema levantado pelas propostas igualitárias que o modelo de sociedade liberal emergente trazia.

Regina Neri vê, na modernidade, o momento histórico disparador do processo de “feminização” da cultura. Acredita que a crise da razão, que atinge seu ápice com a Revolução Francesa, põe em xeque a hegemonia do gênero masculino como paradigma do sujeito universal metafísico. Propõe, como analisadores sociais, produções literárias, artísticas e filosóficas, que apontam para a crise da identidade masculina. Mostra, assim, a passagem da apologia da razão científica do Iluminismo – que associara o feminino à natureza e à paixão com o objetivo de excluí-lo da cultura – para a modernidade – que permite a existência da diferença, da pluralidade e de um *sujeito da paixão*.

No século XIX, relata Nunes, a preocupação em adestrar o corpo e a sexualidade feminina com vistas à procriação e ao casamento foi constante e intensa. Qualquer desejo ou comportamento sexual que ex-

travasasse esses limites era tratado como *excesso* produto de degeneração psíquica, patologia. Foi com essa mulher que Freud se deparou, em sua clínica. Um ser frágil, passivo e dependente, por um lado, e uma pessoa portadora de um potencial de excesso sexual, por outro.

O interesse dos médicos pela histeria, segundo Neri, está diretamente relacionado à entrada do feminino na cena social, na medida em que a mulher saiu dos bastidores para se tornar um objeto de interrogação. Freud, herdeiro desse contexto, foi, também, promotor ativo da positividade do feminino ao ouvir a fala das histéricas. A psicanálise foi o primeiro discurso fundado sobre o feminino, ainda que mantendo-o em posição de objeto de investigação. Os sujeitos do discurso eram os homens, em busca da verdade sobre a mulher.

Freud acreditava que a histeria era um produto da influência da civilização, propõe Nunes. Ele a tomou como um sintoma de determinada moral sexual. A histeria denunciava as contradições entre o desejo feminino e sua pequena possibilidade de realização. Freud preocupou-se, então, em seus primeiros históricos clínicos, em recuperar a imagem desqualificada da histérica, vista até então como *degenerada*. Descreveu-lhe as virtudes, as qualidades morais e intelectuais. Essa posição, no entanto, não se sustentou ao longo de sua obra. Ao postular as pulsões, considerou que, apesar de a essência feminina ser passiva, as mulheres seriam dotadas de uma sexualidade masculina. Teorizou a inveja do pênis nas meninas e o abandono da masculinidade e da sexualidade clitoridiana pela mulher, para alcançar um desenvolvimento feminino normal.

Freud passou a pensar a sexualidade feminina normal como uma experiência passiva, tendendo ao masoquismo e complementar à masculina, que, por sua vez, tenderia à atividade e ao sadismo. A histéri-

ca teria, então, um componente sexual masculino e outro feminino. O conflito entre estes componentes determinaria um aspecto fundamental da divisão que é característico da histeria. Este dualismo justificaria o desregramento sexual das mulheres e, portanto, uma sexualidade perigosa.

Em 1914, Freud propôs o *narcisismo* como parte da essência feminina. As mulheres tenderiam a fazer escolhas narcísicas de objeto. Seriam mais fixadas em seu narcisismo, representando, com isso, uma ameaça ao homem e à sociedade, por fugir ao controle e porque sua essência egoísta se voltaria para seus próprios interesses, em detrimento dos valores altruístas, familiares e sociais.

Vimos Freud, portanto, derivar de uma posição na qual defendia e valorizava as mulheres, no início de seu trabalho com pacientes histéricas, para uma postura crítica, depreciativa e desqualificante. De vítima de uma cultura repressiva, Freud passou a ver a mulher como possuidora de um excesso pulsional que se opõe à cultura.

Neri endossa essa análise, afirmando que, até o final de sua obra, Freud louva a hegemonia paterna como progresso da civilização e vitória do espírito sobre a sensorialidade. Observa, no entanto, uma evolução em sua obra. De uma postulação de um corpo erógeno, com uma sexualidade disruptiva, Freud caminhou para a formulação de um princípio do prazer, intervindo a favor de uma homeostase apaziguadora, uma constelação representacional universalizante. Esta virada ocorreu nos anos 20, com o advento do conceito de pulsão de morte.

Em 1925, aparece uma nova abordagem sobre a questão do feminino. O complexo de castração passa a determinar a distinção psíquica entre os sexos. A passagem pela castração, para a mulher, se dá de outra forma que para os homens e propicia uma maneira diferente de inscrição na cultura. “Ao postular a assunção de uma identidade sexual vinculada à experiência de castração, Freud se afastou de uma concepção naturalista da diferença entre os sexos e construiu uma tese anti-essencialista, na qual se tornar homem ou mulher é consequência de um processo de elaboração psíquica.” (p. 43), pensa Nunes.

A primazia dada ao falo, todavia, ainda reduz a sexualidade ao registro masculino. A mulher permanece em uma posição faltosa, desvalorizada e marcada pela inveja. Seu desenvolvimento, com a consequente assunção da posição e da identidade feminina é pensado somente a partir da oposição clitóris/vagina. Há uma surpreendente negação de outros atributos do corpo feminino na obra de Freud. Ele assinala a importância da percepção da gravidez da mãe na elaboração das teorias sexuais infantis. “A castração feminina continua, porém, sendo vista como determinante da elaboração psíquica a respeito da diferença entre os sexos, conceituando a mulher como hierarquicamente inferior ao homem” (p. 45), critica Nunes.

Esta autora se pergunta o que teria feito Freud ao não valorizar a gravidez como uma característica que, por si, pode-

ria constituir uma imagem narcísica feminina positiva. A ausência, na obra de Freud, de referência aos seios, no que concerne à constituição da identidade feminina, também a surpreende. Atributo dos mais positivos do corpo feminino, os seios são uma referência capital e permanente na relação entre a mãe e a criança. Estão presentes nas representações femininas de si desde as primeiras identificações orais. Apesar da importância que lhes atribui na relação mãe/bebê, Freud não os considerou objeto de curiosidade da criança na análise da investigação infantil. A atenção só se direciona para a ausência/presença de pênis. Da mesma forma, o crescimento dos seios na puberdade feminina não é cogitado como fator influente sobre o desenvolvimento psíquico e sexual das mulheres.

Retomando as idéias de Neri, vimos que a primeira tópica e a primeira teoria pulsional estariam diretamente ligadas à construção fálico-edípica, que se opera em torno da angústia de castração, inscrevendo a diferença sexual na oposição masculino-fálico-ativo/feminino-castrado-passivo. As formas de subjetivação e erotização situadas além da representação fálica só aparecerão com a segunda teoria pulsional e a segunda tópica.

Desarticula-se, na segunda tópica, a ligação entre passividade e feminino. Em 1932, Freud já afirma que o que é característico da sexualidade feminina não é a passividade, mas sim o dar preferência a fins passivos. Para se chegar a um fim passivo, pode ser necessária grande atividade. A concepção de que a libido é masculina também é reconsiderada. Propõe, então, a existência de uma libido neutra que pode servir às funções sexuais tanto masculinas quanto femininas.

O masoquismo não é mais pensado como exclusivamente feminino. Passa a ser originário e erógeno. Diante da força pulsional, a experiência de desamparo é reeditada, tornando imperiosa a necessidade de encontrar-lhe destinos possíveis, eróticos e sublimatórios. Para Freud, é a impossibilidade de o sujeito aceitar sua condição de desamparo o motor da assunção de uma posição masoquista, tanto para homens quanto para mulheres. Diante do desamparo, a busca de um outro a quem oferecer seu corpo e sua alma é uma das saídas possíveis para o sujeito. Estabelece uma relação de servidão para tentar evitar a dor e a angústia do desamparo. O masoquismo deixa, assim, de ser inscrito em uma essência feminina.

Em 1937, em *Análise terminável e interminável*, Freud atribui à *feminilidade* o valor de conceito. Fala em *repúdio da feminilidade* para referir-se àquilo que anteriormente chamava de complexo de castração: a inveja do pênis na mulher e a luta contra a atitude passiva e feminina no homem. Confere à *feminilidade* um estatuto originário e universal. Situa-a no âmago de nossa cultura e no processo de subjetivação de homens e mulheres, já que é uma experiência determinante para a constituição de sujeitos enquanto sexuados. “O feminino não é mais o outro do masculino, uma falta, um ‘a menos’, e sim uma potência produtiva que pode ensejar caminhos e infinitas possibilidades sublimatórias para os indivíduos” (p. 57), acredita Nunes.

Durante praticamente toda sua obra, portanto, Freud trabalha com uma perspectiva falocêntrica, tendo o masculino como paradigma da constituição do psiquismo humano e reser-

vando à mulher o destino da maternidade, como única alternativa que conduz ao feminino. Isto só muda com o conceito de *feminilidade*, que indica um erotismo não mais regulado pela lógica fálica. Este impasse proposto para a mulher não foi, porém, revisto por muitos analistas pós-freudianos. Lacan chegou a radicalizá-lo com a sentença de que *a mulher não existe*. E o universal masculino continua a ser convocado no pensamento psicanalítico contemporâneo. Isto decorreria da dificuldade em aceitar “o sujeito da feminilidade”, um sujeito “irredutivelmente singular em sua diferença” (p. 34), pensa Neri.

É sobre esta diferença que Márcia Arán trabalha. Parte da idéia benjaminiana de que, no mundo moderno, anuncia-se um triunfo da técnica e uma perda da experiência sensível. Acredita que a norma de sociabilidade impõe uma deseretização, com um afastamento da natureza e, conseqüentemente, do outro. Toma *Esau* e *Jacó*, de Machado de Assis, como paradigma para pensar essas questões. Pinça, desta obra, aquilo que nomeia de *território estranho-familiar do feminino*: o leite, o peito, os brinquedos, as amas-secas e o universo lúdico da primeira infância. O abandono dessa experiência sensível propiciaria o ingresso no mundo adulto. O domínio sobre o prazer, portanto, o recalque e a renúncia pulsional formariam o *homem acabado*.

Arán mostra como Freud, de forma similar a Machado de Assis, postula que o processo civilizador se ancora em um movimento de renúncia pulsional e no afastamento do femini-

no em direção ao masculino. O processo evolutivo social consistiria em uma passagem da sensibilidade à intelectualidade. “O recalque – forma privilegiada da subjetividade moderna – revelou-se perpetuador do mesmo, que só pode se relacionar com a diferença por meio de uma operação de exclusão” (p. 83).

Arán pensa o mecanismo da sublimação sob esse mesmo prisma. Seja pela repressão da sexualidade, seja pela mudança de alvo pulsional, a sublimação seria uma forma de funcionamento psíquico a serviço da civilização.

Vera Lucia Dutra considera o conceito de sublimação a partir de outra perspectiva. Percorre as duas teorias pulsionais de Freud para situá-lo. Na primeira, o princípio do prazer busca o alívio da tensão e a constância. Esta gera um paradoxo: ter de estabelecer um equilíbrio entre a retenção e a descarga da excitação. Isso se resolve na segunda teoria pulsional, pela formulação do conceito de masoquismo erógeno originário. Ele institui uma nova economia. É um regime pulsional que não se submete ao princípio do prazer. Prazer e desprazer ocorrem simultaneamente, sem que um prevaleça sobre o outro. O masoquismo erógeno originário decorre da fusão das pulsões de morte e de vida. Torna as ligações possíveis. Estanca a tendência à descarga da pulsão de morte e mantém a tensão vital. Na economia do masoquismo erógeno, o aumento de tensão pode gerar prazer, e sua diminuição, desprazer. Está situado além do princípio do pra-

zer, que regula a pulsão de vida, e aquém do princípio de Nirvana, que rege a pulsão de morte.

Correlato às duas teorias pulsionais, Dutra demarca dois significados para o conceito de sublimação na obra de Freud. O primeiro, é o *estruturante*. Nele, a ênfase recai sobre a dessexualização da pulsão, dando ensejo ao equilíbrio e à harmonia do sujeito. Por meio da sublimação, ocorre uma diminuição da pressão sexual, pois uma quota da pulsão é dessexualizada. O conflito intrapsíquico entre desejo inconsciente e recalque é aliviado, produzindo um efeito estruturante.

O segundo significado dado ao conceito de sublimação por Freud aparece após a formulação do conceito de pulsão de morte. A este, Dutra chama de *desestruturante*. Inclui a criação. Assume, também, uma conotação de risco e indica um sentido contrário à estrutura do sujeito. Prioriza a necessidade de voltar a pulsão para objetos valorizados culturalmente. Ocorre um determinado tipo de modificação da finalidade (meta) e de mudança de objeto, que implica em um desligamento do objeto original de satisfação pulsional. Este rompimento impõe a incerteza e a necessidade de criar um novo objeto. É uma abertura e uma libertação. Mas é, também, um confronto com as intensidades pulsionais e o desamparo. É, portanto, no risco desse confronto que se adquire a possibilidade de criar. E, com a criação, desponta o novo, a diferença.

Dutra explica que “o desejo inconsciente e as representações, arrastados pelo processo de criação, aderem ao novo objeto, porém prevalece o registro das intensidades, em que predomina a indiscriminação entre sujeito e objeto (peculiar

à criação), entre atividade e passividade (peculiar à feminilidade) e entre prazer e desprazer (peculiar ao masoquismo erógeno), que promove a desorganização no campo representacional”. (p. 95) Esta desorganização e a perda do objeto abrem o caminho para o contato com a Coisa (*das Ding*). Este resto inassimilável da representação do objeto é a via para o encontro de novos objetos para o circuito pulsional. A sublimação compreende, portanto, a criação de um objeto que não se encontra inscrito como representação. Não está no nível simbólico. A origem desse objeto pode ser atribuída aos signos intensivos, ao registro das intensidades.

A sublimação exige uma mudança subjetiva que caminha no sentido do enfrentamento e do reconhecimento do desamparo e da incompletude. Envolve, também, uma relação de alteridade. Implica um outro a quem a criação se endereçará, para ser compartilhada e reconhecida. Isso libera o sujeito do controle e da posse do objeto, assim como de sua submissão a ele. Promove, dessa forma, a perda da onipotência narcísica do desejo, instalando a condição de alteridade. Assim, a feminilidade, condição básica para a sublimação, traz a possibilidade de se deixar atravessar pela intensidade e, enfrentando o desamparo fundamental do ser humano, criar.

A leitura de *Feminilidades* oferece-nos, portanto, uma fecunda fonte de informações e o acender de uma chama ardente de questionamentos e de estímulo criativo.

Alexandra Sterian é membro do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, e autora de *Emergências Psiquiátricas* (Casa do Psicólogo).